

ALTERIDADE E CITABILIDADE – BENJAMIN E LEVINAS*

Ricardo Timm de Souza**

Introdução¹

A premência de questões filosóficas fundamentais aproxima mundos e cosmovisões diversos, formas diferentes de abordagem de um mesmo problema central, o qual é percebido, como o *tema fundamental* de um determinado corte histórico-civilizatório, de uma determinada “Era”. Esta aproximação não se dá, muitas vezes, de uma forma que poderíamos chamar “consciente”, na medida em que lida com dimensões de uma tal amplitude cultural que pode passar, facilmente, despercebida. Porém, isso em nada atenua sua pregnância, pois tal aproximação não é um capricho ou uma retórica, mas o nervo da possibilidade de auto compreensão e da postulação de uma proposta de sentido de realidade que ultrapasse o domicílio e a segurança de um determinado modelo de discurso, abrangendo universos, cada vez mais amplos de inteligibilidade, e se empenhando na tradução e retradução constante do filosoficamente *essencial* em *outras línguas e linguagens* filosóficas e culturais.

Ainda mais, tal aproximação aparece, muitas vezes, antes como

* Este texto é uma versão revista e ampliada do artigo homônimo publicado em VERITAS n.2, vol. 45, junho de 2000, pp. 267ss.

** PUCRS, Porto Alegre.

¹ As bases bibliográficas gerais do exposto, a seguir, encontram-se em nossos livros *Totalidade & Desagregação – sobre as fronteiras do pensamento e suas alternativas*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996; *Sujeito, ética e história – Levinas, o traumatismo infinito e a crítica do pensamento ocidental*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999 e *Sentido e Alteridade – Dez Ensaios sobre o pensamento de E. Levinas*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000; *O tempo e a Máquina do Tempo – Ensaios de filosofia e pós-modernidade*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998; *Existência em Decisão – Uma introdução ao pensamento de Franz Rosenzweig*, São Paulo, Perspectiva, 1999 e *Metamorfose e extinção – Sobre Kafka e a patologia do tempo*, Caxias do Sul, EDUCS, 2000, além de vários artigos isolados.

estruturas mutuamente excludentes ou imiscíveis do que como o que, realmente, são: formas diversas de abordar uma mesma *questão de origem*, uma mesma temática fundamental ou a procura convergente, por uma mesma dimensão de *sentido de realidade*.

Em nenhuma época, como o século XX, ocorrem tais posturas de forma tão aguda; e temos tentado evidenciar tal fato em outros textos². Em verdade, para um leitor algo mais “imparcial”, é impressionante a convergência de sentido de construções filosóficas, provindas de inspirações, absolutamente, diferentes, a uma primeira vista. E, com isso, interfaces de diálogo profícuo são, muitas vezes, excluídas, “a priori” do campo das possibilidades que traduzem tensões intelectuais do mais alto nível.

Nosso objetivo, nesse pequeno texto, é sugerir, rapidamente, aspectos “convergentes” essenciais das obras – ou, antes, da inspiração mais profunda das obras – de dois autores, tidos pela mentalidade filosófica “normal”, como, absolutamente, “diferentes” entre si: Walter Benjamin e Emmanuel Levinas. As noções de referência, que figuram, aqui, como meros indicativos para um esboço de abordagem, são “citabilidade” e “alteridade”. Essas categorias não serão, assim, examinadas a fundo, mas, simplesmente, afloradas como profícuas possibilidades de uma maior compreensão da forma pela qual *tanto* Benjamin *quanto* Levinas remetem, decisivamente, às questões

fundamentais que latejam no mais *original* de seus respectivos pensamentos e que sugerem, em uma leitura de nível mais profundo, um foco inspiracional comum que se refere a essa originalidade, em toda a sua potência de desdobramento.

Walter Benjamin e o (apesar de tudo) citável

O tema da narração ou narratividade - especificamente da citabilidade do *tornado* citável, do passado que se materializa, num singular compósito intelectual-material que, simultaneamente, *presentifica e impulsiona ao futuro*, de forma como que “transfigurada”, as estruturas violentadas do pequeno e da História e de seus restos - é, reconhecidamente, uma das questões centrais do pensamento benjaminiano. Esse ativista das “pequenas” causas, nunca, se perdeu, em teleologias onipotentes, mas fez, da percepção das instâncias “menores” e para ele decisivas do real, a base de sua própria – e difícil - lucidez. Na articulação de suas idéias centrais, nenhum conceito permanece estático ou deslumbrado consigo mesmo, mas, antes, recai, continuamente, com modéstia, na *realidade* fecundante, na qual se origina. É por isso que Walter Benjamin pode ser considerado um autor tão “difícil”: não autoriza generalizações e mostra, agudamente, a violência que elas comportam³.

No presente contexto, analisaremos, brevemente, apenas, um curto trabalho de Benjamin, mas um escrito fundamental: a famosa

² Cf. SOUZA, Ricardo Timm de. “O século XX e a desagregação da totalidade” in: Idem, *Totalidade & Desagregação - Sobre as fronteiras do pensamento e suas alternativas*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996, pp. 15-29. É de se ressaltar que, se tal circunstância é já, normalmente, de difícil compreensão, ainda mais difícil é essa compreensão, em um meio como o nosso, marcado por carências diversas, recepções parciais de autores e obras e preconceitos de toda ordem, que criam uma estrutura de parcialidade filosófica, difícil de ser superada. Para nós, sinais incipientes de maturidade intelectual se tornam, exatamente, a possibilidade anunciada de romper a ignorância e o medo, raízes de todo o preconceito, em direção à corajosa e, sempre, muito difícil “intersecção” de inteligibilidades. Essa, talvez, seja uma tarefa essencial da nova geração de acadêmicos: com certeza é uma das mais urgentes.

³ É auspicioso e evidencia, ao nosso ver, maturidade intelectual o fato de que um tal pensamento, essencialmente, não rotulável ou classificável “a priori”, se torne mais e mais alvo de interesse e estudo de uma nova geração de acadêmicos brilhantes, em nosso meio; a recepção de Walter Benjamin cresce, no Brasil, tanto em termos de quantidade como de qualidade.

terceira “Tese” de “Sobre o conceito da história”⁴.

Sabemos que a coletânea das Teses e seus apêndices são aceitas, como a última obra de Benjamin e representam, inobstante sua concisão, uma síntese grandiosa de seu pensamento mais maduro e uma intervenção magistral, no mundo das idéias do século XX, transcendendo, infinitamente, os meros chavões de “marxismo” ou “teologia”, para citar, apenas, os mais comuns. Ao longo de dezoito teses curtas e dois apêndices, desdobra-se, simultaneamente, um agudo inventário do passado e toda uma profissão de fé, na possibilidade de se pensar o futuro humano e construí-lo - e isso por “debaixo” e apesar de um jargão, aparentemente, unívoco. Aqui, a tensão intelectual é máxima, sem, com isso, fechar-se em uma estrutura auto-suficiente de referência.

Vejamos o conteúdo da terceira Tese:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta nada do acontecido, um dia ou em qualquer circunstância pode ser considerado perdido para a História. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se, totalmente, de seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida, o passado é citável, em cada um de seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa “citation à l’ordre du jour” - e esse dia é, justamente, o do Juízo Final.

O que temos, à primeira vista? Talvez tudo, menos o que um

⁴ BENJAMIN, Walter. “Über den Begriff der Geschichte”. Utilizaremos a versão traduzida por Sérgio P. Rouanet in: BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas - Magia e técnica, arte e política - Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 223.

leitor desavisado costuma apreender a uma primeira leitura. Pois *não se trata de algum discurso edificante* ou “irrealista” (como poderia ser o passado citável em sua *integralidade* “sincrônica”?), mas da indicação de toda uma especial *estrutura de compreensão da realidade*, de um prisma que tenha o real como ponto de partida, o concreto, em sua inteireza, como ele é, não a partir do estabelecimento de conceitos que o “expliquem”, mas desde um certo *fundamento* de sentido que o justifique e o faça fundamento *inclusive* o dos conceitos daí deriváveis - conceitos *novos* e que *façam justiça* à facticidade e temporalidade que habita *cada ato humano*, ao longo da História⁵.

Nessa simples Tese, tempo e passado se revestem de sentidos, completamente diferentes daqueles comuns à tradição da Filosofia: não são categorias “objetivas” ou “subjetivas” de interpretação da realidade, mas dimensões desde as quais a realidade *pode* assumir um sentido humano de futuro. O passado não escapa ao julgamento; a história não julga, *mas é julgada* pela citação do momento e pela narração dos fatos que, relegados a sombras, vivem em sua realidade de *inscrição definitiva* - porque real - na ordem dos acontecimentos⁶.

E a referida citação não se dá por acaso, pelo espírito absoluto ou por uma ordem intemporal, mas por um *cronista* que leva o tempo a sério. E, ao fazê-lo, o cronista considera, a fundo, a

⁵ É provavelmente, por isso que termos ou conjunto de termos tão carregados, histórica e intelectualmente, como “história”, “humanidade redimida”, “verdade”, “juízo final” são utilizados por Benjamin, ao longo de grande parte de sua obra e, especialmente, nas “Teses”, com uma tal naturalidade: indicam seus próprios limites, despojam-se de sua carga de séculos e se entregam, simplesmente, a uma inteligibilidade que penetra nas *bases* de um universo de sentido, expondo-se, simultaneamente, falimento de uma tradição petrificada e unívoca e frutificando, de forma nova, na estrutura temporal da leitura, da mente do leitor: uma espécie de *recriação radical de sentido*.

⁶ Faz-se necessário que se tenha muito presente a inspiração de Rosenzweig, no que diz respeito à questão da temporalidade em W. Benjamin. Sobre a temporalidade em Rosenzweig, cf. nosso livro *Existência em Decisão - Uma introdução ao pensamento de Franz Rosenzweig*. São Paulo, Perspectiva, 1999, especialmente p. 124-139.

diferença entre o que é narrado e a narração que, simultaneamente, revigora o narrado e abre um espaço de imponderabilidade em que, de alguma forma, é concebível que o *humano* possa ter vez. Trata-se, em última análise, de *repor em marcha a ordem da temporalidade*; e o “juízo final” põe termo a essa estranha reposição, configurando-se, por sua paradoxal “frutificação escatológica”, em “juízo inicial” de uma era caracterizada pela ética, em que o pequeno, os restos e sobras, o dispensável e o inofensivo têm sua dignidade, maximamente, respeitada pela “citação” inconfundível de sua própria realidade, também, inconfundível: sua diferença.

O que pode ser feito no mundo “sem distinguir entre os grandes e os pequenos”? Essa é a verdadeira tese da inversão da História, inversão da História, apenas, do “grande”. Pois a grande História aposta que tudo. Quantos o que de “irrelevante” aconteceu, está, irremediavelmente, perdido para ela, subsumiu-se, em sua lógica e hipotecou seu sentido, à mera inexistência: esse é o fundamento da crença, em sua (da grande história) legitimidade. O que significa, assim, que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”? Tem-se, aqui, a sugestão de que o problema surge em termos de *verdade e falsidade* - exatamente como consta, já, no âmago desta frase (“leva em conta a verdade”). O que está sendo dito, em última análise, é que a História que ignora esta verdade é uma história *não-verdadeira*, ou melhor, seu sentido, em sua seletividade majestosa, que ignora, olímpicamente, a alteridade que pulsa além de seu campo de referência, não coincide com sua intenção: sua malha é por demais grossa, e muito de significativo – talvez, justamente, o mais significativo, ou o *decisivamente* significativo – escapa de sua rede, em um processo de parcialização de sentido. A grande História é, dessa forma, *essencialmente falsa*, enquanto seletiva; seu sentido é *essencialmente*

falso, enquanto se baseia em sua falsa seletividade. A grande História, na qual o Idealismo tantas esperanças depositou, e a qual Hegel elevou a alturas insuspeitadas, não é, portanto, mais do que uma *parcialidade* precária, uma parcela apenas da realidade que se hipertrofia e preenche a totalidade dos espaços, transformando-se por sua vez em Totalidade, em uma dinâmica auto-referente. Mas não uma parcela ingênua da realidade e sim, exatamente, aquela que *tomou para si*, desde as auroras do Logos, a tarefa de *condução* e de *de-finição* do mundo. De-finiu como que, de uma vez para sempre, Ser e Não-ser: é hora de investigar a legitimidade dessa De-finição.

Mas entre a falsa História - a da grandeza da hegemonia que obscurece tudo o que não é ela - e a verdadeira História - em que *cada fato tem valor, e valor insubstituível* - medeia uma humanidade *redimida* - redimida de sua *não-existência real para a história*. Qual o processo que desencadeia esta remissão? É o estabelecimento de condições que permitam, a essa humanidade, “apropriar-se totalmente de seu passado”. Isto significa, em essência, o enfoque de uma das conquistas primordiais da Filosofia Contemporânea, após séculos de tentação da eternidade: a redescoberta da radicalidade do *tempo*, como engrenagem de construção e reconstrução do real. A Tese sinaliza a *ruptura do presente hermético*, fechado em si, com o auto-significado: a ruptura da eternidade e a reinserção da *temporalidade*, na ordem da realidade. Mas esta temporalidade não flutua, de forma inofensiva, no mar dos conceitos: *ela se consubstancia exatamente na estrutura de alteridade de outro tempo que não aquele da hegemonia*.

Como pensar Benjamin, sem esta referência recorrente a uma dimensão de alteridade, que pode aparecer mais ou menos explícita, mas nunca deixa de se constituir na instância de referência, de fundo, que permite que toda uma constelação de conceitos desgastados

recuperem sua credibilidade e atualidade, exatamente, na medida em que não dizem respeito a uma estrutura, meramente teleológica-racional e auto-suficiente, mas reconduzem, constantemente, à base de origem de si mesmos, naquela concretude que sempre se negou a abdicar de si mesma para configurar um todo bem conciliado e bem constituído – a História que a si mesma pretende se legitimar, exclusivamente, pelo fato de se dar enquanto efetivação de sua própria idéia?

Como pensar Benjamin sem que a dimensão de radical alteridade, ainda que com outro nome, *com muitos outros nomes*, retorne, constantemente, à sua posição de corretivo histórico-filosófico?

Sentido de Alteridade

É evidente, em vista do referido, a possibilidade de conceber a intenção narrativa, no sentido benjaminiano, como um conjunto de incisivas “sugestões de alteridade”, no sentido em que, em uma primeira e não falsa leitura - a primeira de muitas possíveis, à medida em que se mergulha na estrutura de sua obra, em sua espantosa riqueza -, se compreende o termo “alteridade”, tal como é, normalmente, utilizado por Levinas⁷. O que está em jogo, a sugestão elementar que aqui nos interessa, é que, *por sob a estruturação de um discurso está toda a inconfundível pulsação de um tempo*, ou seja, estão as questões

⁷ Para uma explanação clara e sugestiva do tema da Alteridade, no pensamento de Levinas, veja-se, além de suas obras, a já clássica introdução de L. C. Susin *O homem messiânico – uma introdução ao pensamento de Emmanuel Levinas*, Petrópolis, EST-Vozes, 1983, pp. 178-255. Para uma introdução rápida porém consistente em seu pensamento, cf. PIVATTO, P. “Ética da Alteridade” in: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.), *Correntes fundamentais da ética contemporânea*, Petrópolis, Vozes, 2000, p. 79ss, bem como nossos livros já citados *Totalidade & Desagregação, Sujeito, Ética e História e Sentido e Alteridade*. Também de leitura útil são: CHALIER, Catherine. *Levinas – a utopia do humano*, Lisboa, Instituto Piaget e COSTA, Márcio. *Levinas, uma introdução*, Petrópolis, Vozes, 2000. Todas essas obras apresentam vasta bibliografia de ampliação.

centrais de uma época e que isso, raramente, acontece, de forma tão aguda, como nas estranhas e, aparentemente, paradoxais interfaces que o ritmo histórico do século XX nos proporcionou. Para além da formalização, consubstanciada em uma determinada Filosofia, em um determinado momento histórico, necessário se faz ler os impulsos que a determinaram, perceber a “atmosfera” de um amplo contexto de referências⁸. É na aproximação das questões centrais que essa atmosfera evidencia a concepção de uma filosofia conseqüente que pode ser concebida.

Tal situação de fidelidade às questões de origem - em Levinas, *à questão do perguntar pelo sentido que pode assumir a pergunta pelo sentido do ser e da realidade* - nos conduz necessariamente a uma situação de fronteiras e de precariedade discursiva, o que não se constitui em defeito, mas uma certamente grande virtude. Nos desvãos da articulação bem-acabada de uma determinada inteligibilidade, palpita a natureza virtual da pluralidade, da constante redescoberta da questão dos sentidos do *novo*, em proposições de inteligibilidade que, constantemente, se propõem e repropõem e não permanecem, em si. Em Levinas, como em Benjamin, como em inúmeros outros pensadores lúcidos desse difícil século XX, a questão do sentido é, antes, a questão da *construção ética do sentido*, é nessa direção que cada momento da vida se constitui em um inadiável instante de decisão que sustenta a possibilidade da crença em um futuro, humanamente, possível.

⁸ Cf. ROMBACH, Heinrich. *Phänomenologie des gegenwärtigen Bewusstseins*, Freiburg, Alber, 1980, pp. 7 ss.